



ONDE A POPULAÇÃO É QUEM FISCALIZA AS CONTAS PÚBLICAS

LANÇADA DE FORMA PIONEIRA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ, A AUDITORIA SOCIAL ENVOLVE A POPULAÇÃO NA TAREFA DE FISCALIZAR O SETOR PÚBLICO – E JÁ GANHA ADEPTOS EM OUTROS ESTADOS

Uma ideia que o Tribunal de Contas do Paraná vem colocando em prática há dois anos pode servir de inspiração para uma importante evolução nos mecanismos de controle fiscal. Criada em 2011, a Auditoria Social inclui cidadãos em uma tarefa que, ainda hoje, costuma ficar restrita aos auditores de carreira dos Tribunais de Contas: o controle das despesas e do desempenho das administrações municipais.

O modelo é inédito no Brasil e foi embasado em programas semelhantes adotados em países da América Central – como Honduras, por exemplo, onde o projeto tem suporte do governo americano. A primeira iniciativa implantada foi o Plano Anual de Fiscalização (PAF Social), encerrado em 2012. Elaborado em parceria com observatórios sociais, o PAF incluiu alunos e professores de sete universidades paranaenses na fiscalização de serviços de saúde, educação, meio ambiente e gastos públicos. Em outubro de 2012, o TCE-PR apresentou o PAF Social Júnior, cujo objetivo é estender a oportunidade aos estudantes do Ensino Médio. Uma nova vertente foi lançada em agosto de 2013: o LAI Social (a sigla faz alusão à Lei de Acesso à Informação) chama a população para fiscalizar o nível de transparência das prefeituras.

No PAF Social, cerca de 350 estudantes e professores dedicaram quase 100 mil horas a entrevistas com gestores municipais e à averiguação dos processos administrativos em 121 cidades do Paraná. Eles foram divididos em grupos formados por dois professores, um coordenador e dez alunos. Tanto docentes quanto universitários ganharam bolsas mensais, de acordo com a participação e entrega dos relatórios. O andamento da ação foi supervisionado por cinco

auditores do TCE-PR, que ditavam a metodologia. As equipes realizavam reuniões com os responsáveis pela atividade, via softwares de vídeo, a cada etapa completada.

No final, nove dos municípios consultados receberam auditorias operacionais, que apontaram falhas e sugeriram melhorias em práticas de governança. O PAF Social gerou, ainda, dois projetos de pesquisa em saúde e outros seis em educação. O plano teve duração de um ano e demandou R\$ 2,3 milhões em investimentos. “O Paraná tem qualidade e diversidade em universidades estaduais. Resolvemos levar o nosso método de avaliação a esses polos e o resultado foi excelente”, comemora Djalma Riesemberg Jr., analista de controle do TCE-PR e coordenador-geral do PAF Social.

O LAI Social surgiu como um novo desmembramento da Auditoria Social. A dinâmica será semelhante à do PAF, com a requisição de alunos e professores universitários para a realização de auditorias. Dessa vez, o foco será o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. “Avaliaremos o site das prefeituras. As páginas devem divulgar informações sobre despesas e folhas de pagamento. O conteúdo, a forma, a qualidade dos dados e o aparato tecnológico serão mensurados”, explica Riesemberg. O LAI social receberá R\$ 690 mil em subsídios e incluirá cerca de 70 cidades.

O TCE-PR também aplicou a Auditoria Social na fiscalização das obras da Copa do Mundo. “Nossos técnicos e engenheiros acompanham os estudantes. É uma relação boa para os dois lados. Os alunos nos auxiliam e ganham experiência”, justifica Riesemberg. A ideia é tão promissora que outros Estados, como Santa Catarina e Pernambuco, estudam a possibilidade de adotá-la.